

ORIGENS

DE JOINVILLE



O Município
JOINVILLE

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- TRADIÇÃO UMBU (10.000 ANOS AP)
- SAMBAQUIANOS (5.200 ANOS AP)
- CERAMISTAS (1.570 ANOS AP)
- LUSO-BRASILEIROS, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES (1658)
- GERMÂNICOS (1851)

ARRASTE PARA CIMA
OU TOQUE PARA IR
ATÉ OS CONTEÚDOS



A HISTÓRIA DE JOINVILLE CONTADA PELOS SEUS MUITOS POVOS

**DO PASSADO INDÍGENA AOS
IMIGRANTES EUROPEUS, DIFERENTES
POPULAÇÕES AJUDARAM A MOLDAR
A JOINVILLE QUE CONHECEMOS HOJE**

Muito antes de se tornar a maior cidade de Santa Catarina, Joinville foi território de diferentes culturas, que, ao longo de milênios, deixaram marcas na paisagem e na memória da região. Dos primeiros

grupos de caçadores-coletores da tradição Umbu, que há 10 mil anos já percorriam as margens de rios, aos construtores de sambaquis, que ergueram monumentos de conchas e ossos há mais de 5 mil anos, o território revela camadas de ocupação que ajudam a entender quem somos hoje.

Por volta de 1,3 mil anos atrás, chegaram os ceramistas Jê e, mais tarde, os Guarani, que trouxeram novas formas de viver, plantar, caçar e se relacionar com a terra. Esses povos indígenas, apesar da violência da colonização, mantêm presença até hoje na região da Baía da Babitonga, preservando tradições e reforçando a importância de sua memória.

Séculos depois, famílias luso-brasileiras e pessoas negras escravizadas passaram a ocupar o território, especialmente a partir do século 17. Elas

abriram roçados, movimentaram engenhos e construíram comunidades que antecederam em pelo menos 200 anos a chegada dos imigrantes europeus. Sua contribuição também foi decisiva tanto na economia quanto na política.

Apesar dessa diversidade, a historiadora Valdete Daufemback Niehues lembra que, por muito tempo, a versão predominante da história joinvilense priorizou apenas um lado.

“Por muitos anos, se omitiu a presença de outros povos na formação de Joinville, porque o que se interessava era contar a história do povo germânico que aqui tinha estado, porque é a colonização oficial. Mas é preciso conhecer mais a fundo a história de sua população para poder entender o processo e compreender também o tempo presente”.

A partir de 1851, com a fun-

dação da Colônia Dona Francisca, milhares de imigrantes germânicos e de outras origens desembarcaram na região. Entre promessas de prosperidade e dificuldades de adaptação, esses colonos ajudaram a consolidar uma cidade que logo se tornaria polo industrial, cultural e econômico de Santa Catarina. O historiador Dilney Cunha, coordenador do Arquivo Histórico de Joinville, observa que é preciso re-
visar esse olhar tradicional.

“O passado está sujeito a várias interpretações. O passado de Joinville foi interpretado sob essa ótica germânica. Ninguém está desmerecendo esse grupo, que teve uma contribuição enorme na construção da cidade, mas novos discursos, falas da história vêm à luz, e isso está acontecendo, mostrando a participação como protagonistas da história também

destas outras populações”.

Para a arqueóloga Fernanda Borba, pesquisadora do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj), essa revisão vem acontecendo de maneira crescente. “Acredito que nos últimos 20 anos isso tem mudado: tenta-se contemplar os diferentes grupos que chegaram à região, que não são só os que chegaram em 1851”.

Reconhecer essas diferentes camadas históricas (indígenas, afrodescendentes, luso-brasileiras e germânicas) é fundamental para compreender a verdadeira formação de Joinville. Como mostram os pesquisadores, trata-se de uma cidade moldada pelo encontro e convivência de muitos povos, cada um deixando um legado que permanece no presente.



UMBU: OS PRIMEIROS HABITANTES DA REGIÃO DE JOINVILLE

**DESCOBERTAS ARQUEOLÓGICAS
DATADAS DE ATÉ 10 MIL ANOS
REVELAM A PRESENÇA DE
GRUPOS NÔMADES MUITO ANTES
DOS SAMBAQUIANOS**

A instalação de um novo aterro sanitário em Joinville, em 2010, deu origem a uma das mais importantes descobertas arqueológicas da região, revelando a presença dos primeiros



SÍTIO ARQUEOLÓGICO LOCALIZADO NO ATERRO SANITÁRIO, ONDE FORAM ENCONTRADOS OS PRIMEIROS VESTÍGIOS DA TRADIÇÃO UMBU EM JOINVILLE

habitantes do território muito antes do que se imaginava. Durante o trabalho de monitoramento na área que seria utilizada como aterro pela empresa Ambiental, na Zona Industrial Norte, o arqueólogo Marco De Masi encontrou vestígios da cultura Umbu, uma das mais antigas tradições arqueológicas do Sul do Brasil.

A descoberta teve início com uma ponta de projétil em quartzo leitoso. Em seguida, foram localizadas diversas lascas, consideradas resíduos do processo de produção dessas pontas. A equipe também identificou quebra-coquinhos, polidores, processadores e percutores, instrumentos usados por povos caçadores e coletores. Após análises do material,

REPRODUÇÃO



SÍTIO DA VILA DA GLÓRIA, ENTRE JOINVILLE E SÃO FRANCISCO DO SUL, CONSIDERADO O MAIS ANTIGO DA REGIÃO

constatou-se que os vestígios datavam de 8.760 anos AP (antes do presente), sendo até então os registros mais antigos de ocupação humana na área que corresponde à atual Joinville. A pesquisa indicou que os materiais possuíam características da tradição Umbu, cultura definida, principalmente, pela presença de pontas de projétil como principal marcador arqueológico.

Segundo o arqueólogo Marco De Masi, os povos da tradição Umbu eram grupos nômades de caçadores-coletores que habitavam o Sul do Brasil, vivendo em abrigos sob rochas, margens de rios e sangas.

“Essa descoberta foi uma grande novidade para a arqueologia regional”

Marco de Masi, arqueólogo

“Esta descoberta mostrou que grupos de caçadores-coletores, até então localizados apenas no interior do Estado, também ocuparam o Litoral de Santa Catarina, o que foi uma novidade para a arqueologia regional”, destaca o pesquisador.

Três anos depois, uma nova descoberta reforçou essa teoria: o sítio arqueológico Estaleiro I, encontrado sob antigas

ARQUIVO MARCO DE MASI



**REGISTRO DO TRABALHO DE ESCAVAÇÃO,
EM 2010, QUE RESULTOU NA DESCOBERTA
SOBRE A TRADIÇÃO UMBU NA REGIÃO**

dunas da Vila da Glória - entre São Francisco do Sul e Joinville - datado em 10 mil anos, também apresentava evidências da tradição Umbu. Até hoje, esse é o sítio arqueológico mais antigo da região, o que consolidou a ideia de que os povos Umbu foram os primeiros habitantes da área de Joinville.

- UMA PONTA DE PROJÉTIL EM QUARTZO LEITOSO DEU INÍCIO AOS ESTUDOS SOBRE A TRADIÇÃO UMBU EM JOINVILLE EM 2010
- VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO ATERRO SANITÁRIO DATAM DE 8.760 AP
- SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTALEIRO I DATA DE 10.000 ANOS AP
- A CULTURA UMBU É UMA DAS MAIS ANTIGAS TRADIÇÕES ARQUEOLÓGICAS DO SUL DO BRASIL

MODO DE VIDA

De acordo com Marco De Masi, esses grupos se alimentavam da caça de animais como porcos-do-mato, cervos, capivaras e aves, além da coleta de frutas, tubérculos e outras plantas. Seus instrumentos eram produzidos com madeira, ossos e pedras, embora os artefatos preservados e encontrados hoje sejam, em

ARQUIVO MARCO DE MASI



**PONTA DE PROJÉTIL ENCONTRADA
NO ATERRO SANITÁRIO EM 2010**

sua maioria, de pedra, já que madeira e ossos se degradam com o tempo.

A maior parte dos materiais coletados são lascas de pedra, restos da fabricação de pontas de projétil, que é o principal artefato finalizado presente no sítio do aterro sanitário.

“As lascas também podiam ser usadas como lâminas para corte. O quebra-coquinho servia literalmente para quebrar frutos do tipo coquinho. Os polidores eram usados no acabamento de artefatos, e os processadores, blocos de rocha, serviam para macerar plantas.

“Os povos umbu e os sambaquianos são culturas distintas, com cronologias diferentes”

**Dione da Rocha Bandeira,
arqueóloga**

Também encontramos muitos fragmentos de óxidos de ferro, nas cores vermelha e amarela, usados em pinturas corporais. Eles eram misturados com gordura animal e resinas vegetais”, explica o arqueólogo.

Dione da Rocha Bandeira, arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj), ressalta que antes des-

ARQUIVO MARCO DE MASI



**FRAGMENTOS ENCONTRADOS DURANTE A
ESCAVAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO**

sas descobertas se acreditava que os sambaquianos eram os primeiros habitantes da região da Baía da Babitonga. No entanto, os vestígios Umbu são anteriores e mais difíceis de serem localizados, pois foram soterrados ao longo dos milênios devido a processos naturais de formação do ambiente.

“São culturas distintas, com cronologias diferentes. Os sambaquianos criavam grandes elevações de conchas, os sambaquis, que se acredita terem função funerária e de moradia. Já os Umbu não construía elevações. Acampavam em áreas abertas e o material de uso cotidiano se acumulava diretamente sobre o solo. Com o passar do tempo, muitos desses vestígios foram cobertos por sedimentos, tornando as descobertas ainda mais desafiadoras”, detalha a arqueóloga.



SAMBAQUIS
GUARDAM A
HISTÓRIA DO
POVO QUE
VIVEU EM
JOINVILLE HÁ
MAIS DE
5 MIL ANOS

**VESTÍGIOS DE ALIMENTAÇÃO,
SEPULTAMENTOS E RITUAIS
ESTÃO PRESERVADOS EM
MAIS DE 40 ESTRUTURAS
COMPOSTAS POR CONCHAS,
OSSOS E PEDRAS**



SAMBAQUI GUAÍRA, LOCALIZADO NO BAIRRO AVENTUREIRO, É O MAIS ANTIGO

Antes da identificação dos vestígios deixados pelos povos da tradição Umbu, atualmente reconhecidos como os mais antigos de ocupação humana na região, os sambaquis eram considerados os principais marcos da presença dos primeiros habitantes de Joinville.

Essas formações começaram a surgir há cerca de 5.000

anos AP (antes do presente). São montes compostos por conchas, ossos e pedras, deixados por povos que habitaram a região há milênios. Classificados como sítios arqueológicos, alguns sambaquis podem ultrapassar 30 metros de altura.

Joinville abriga mais de 40 sambaquis. O mais antigo é o Sambaqui Guaíra, localizado no bairro Aventureiro,

REPRODUÇÃO



O SAMBAQUI MORRO DO OURO, ESTÁ SITUADO NO PARQUE DA CIDADE DE JOINVILLE, E FOI PESQUISADO EM 1980

com aproximadamente 5.200 anos AP. Já o mais recente é o Sambaqui Espinheiros II, no bairro Comasa, datado de cerca de 1.100 anos AP.

“Os sambaquianos eram povos cuja principal característica era a construção desses sítios, que chamamos de sambaquis - montes de conchas que preservam diversos vestígios da ocupação humana, relacionados à alimentação, como ossos de peixes, mas também artefatos, sepultamentos e materiais associados aos rituais desses povos”, destaca a arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj), Fernanda Borba.

COMO VIVIAM

Os sambaquianos eram pescadores, coletores de moluscos e caçadores de animais terrestres. Fabricavam pontas de projéteis com ossos de ani-

mais, que também serviam de matéria-prima para adornos, agulhas, bastões e esculturas.

Utilizavam rochas para produzir lâminas de machado, facas, batedores, bigornas e esculturas em forma de animais. As conchas eram empregadas na fabricação de raspadores e calibradores. Também faziam uso de madeira para a produção de estacas. O MASJ

REPRODUÇÃO



**CONCHAS FAZEM PARTE DA
ESTRUTURA DOS SAMBAQUIS**

SAMBAQUI

DO TUPI “TAMBA”: MARISCO, CONCHA;
“KI”: MONTE

- SAMBAQUIS SÃO MONTES COMPOSTOS POR CONCHAS, OSSOS E PEDRAS, DEIXADOS POR POVOS QUE HABITARAM A REGIÃO HÁ MILÊNIOS
- OS SAMBAQUIS PODEM CHEGAR A 30 METROS DE ALTURA
- MAIS DE 40 SAMBAQUIS REGISTRADOS EM JOINVILLE
- SAMBAQUI GUAÍRA, LOCALIZADO NO BAIRRO AVENTUREIRO, É O MAIS ANTIGO, COM APROXIMADAMENTE 5.200 ANOS AP
- O SAMBAQUI ESPINHEIROS II, NO BAIRRO COMASA, DATA DE CERCA DE 1.100 ANOS AP, E É O MAIS RECENTE DE JOINVILLE

possui um amplo acervo com diversos desses itens, coletados em sambaquis da cidade.

SAMBAQUIS COMO CEMITÉRIOS

A arqueóloga Fernanda Borba ressalta que a cultura de construção dos grandes montes de conchas está diretamente ligada ao sepultamento dos mortos, com alguns sambaquis funcionando como verdadeiros cemitérios.

“O Morro do Ouro, sambaqui

REPRODUÇÃO



**SAMBAQUI CUBATÃO I ESTÁ ÀS
MARGENS DA BAÍA DA BABITONGA**

situado no Parque da Cidade de Joinville, em área urbana e de fácil acesso, foi pesquisado na década de 1980 e apresenta um grande número de registros de sepultamentos”.

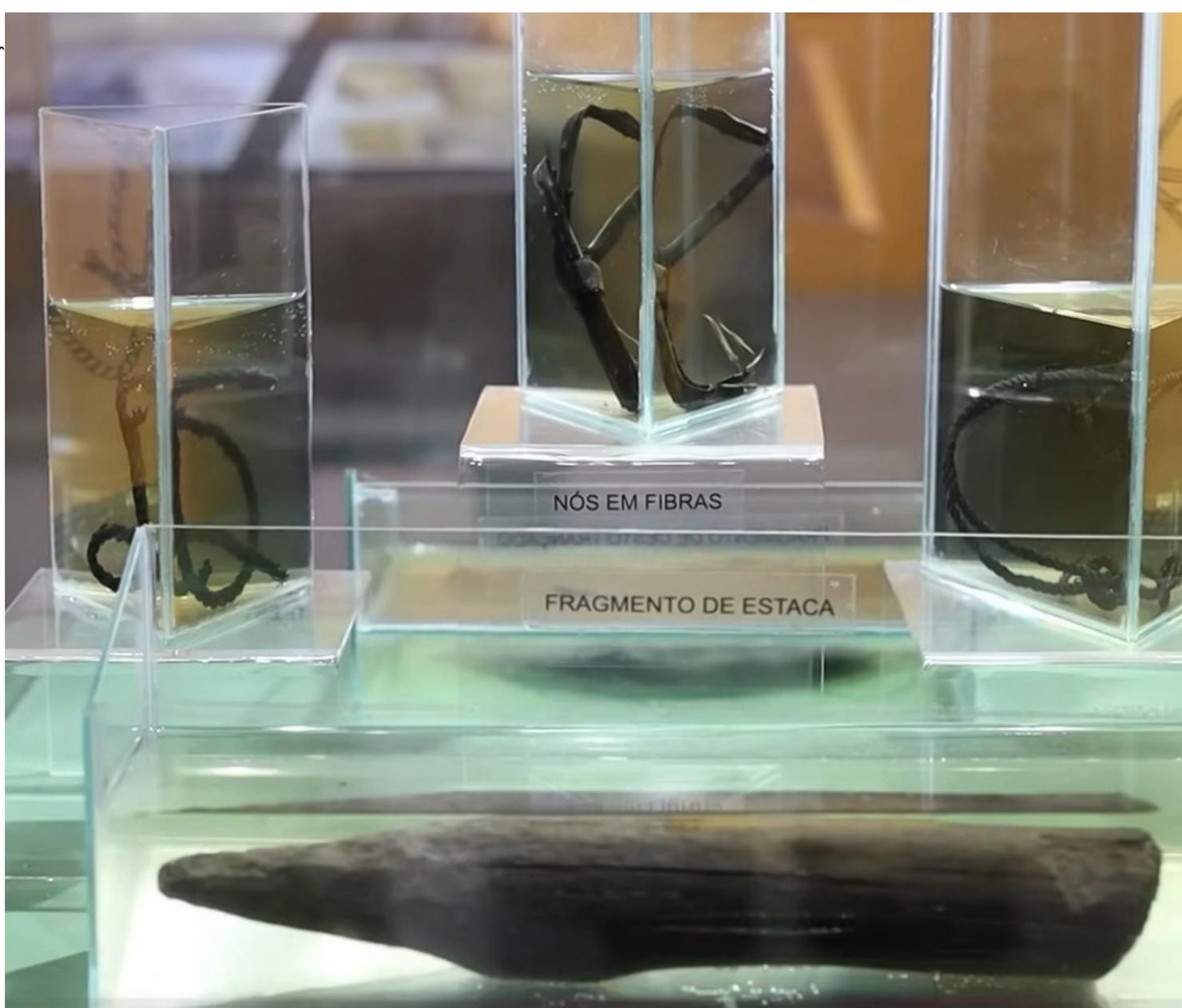
Outro sambaqui de destaque é o Cubatão I, localizado no bairro Vila Cubatão, às margens da Baía da Babitonga. Devido a fatores como a estruturação do canal, o sítio tem sofrido significativa perda de material arqueológico. Por outro lado, o contato frequente com a água ajudou a preservar artefatos orgânicos, como madeiras, cestos e fibras, tornando-o único.

Atualmente, o Sambaqui Cubatão I é objeto de uma pesquisa realizada em parceria entre o Masj e a Universidade da Região de Joinville (Univille), com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

(Fapescc). Com o apoio da tecnologia, o objetivo é compreender se os povos que enterravam seus mortos ali também residiam nas proximidades.

“Há uma discussão interessante em andamento na arqueologia sobre a função dos sambaquis. Alguns são interpretados como grandes cemitérios, mas ainda se investiga

REPRODUÇÃO



FIBRAS E ESTACAS ENCONTRADAS DO SAMBAQUI CUBATÃO I E QUE FAZEM PARTE DO ACERVO DO MASJ

onde essas populações viviam. Como o entorno está bastante vegetado e os vestígios podem ser muito discretos, resolvemos utilizar a tecnologia LiDAR, que realiza escaneamento de alta precisão, para buscar essas respostas”, explica a arqueóloga do Masj, Dione da Rocha Bandeira.

DESAPARECIMENTO

Há cerca de dois mil anos iniciou-se o declínio dos sambaquis ativos na região de Joinville. A arqueóloga Dione da Rocha Bandeira aponta que, nesse período, ocorreram mudanças ambientais que teriam afetado os bancos de moluscos. A partir de 1.000 d.C., observa-se uma redução no acúmulo de conchas nas colinas da Baía da Babi-tonga, indicando o surgimento de populações com outras características culturais.

OS SAMBAQUIS DE JOINVILLE*

CUBATÃO I – FAZENDA TREVO,
PRÓXIMO À MARINA DAS GARÇAS

CUBATÃO II – FAZENDA TREVO,
PRÓXIMO À MARINA DAS GARÇAS

CUBATÃO III – FAZENDA TREVO,
PRÓXIMO À MARINA DAS GARÇAS

CUBATÃO IV – FAZENDA TREVO,
PRÓXIMO À MARINA DAS GARÇAS

CUBATÃOZINHO – LATERAL DA
ESTRADA JOÃO DE SOUZA MELLO
ALVIM (ESTRADA DA VIGORELLI)

ESPINHEIROS I – AO NORTE DA LAGOA
DO SAGUAÇU, PRÓXIMO AO CANAL
DO VARADOR, BAIRRO COMASA

ESPINHEIROS II – ENTRE AS RUAS
BALTAZAR BUSCHLE E ANTONIO
MAZOLLI, BAIRRO ESPINHEIROS

GRAVATÁ – SUDOESTE DA
ILHA DOS ESPINHEIROS

**GUANABARA I – RUA TERESÓPOLIS,
BAIRRO GUANABARA**

**GUANABARA II – RUA JAPURÁ,
ESQUINA COM RUA ARAGUAIA,
BAIRRO GUANABARA**

**ILHA DO GADO I – NORTE
DA ILHA DO GADO**

**ILHA DO GADO II – NORTE
DA ILHA DO GADO**

**ILHA DO GADO III – NORTE
DA ILHA DO GADO**

**ILHA DO GADO IV – SUDOESTE
DA ILHA DO GADO**

**ILHA DOS ESPINHEIROS I – ILHA
DOS ESPINHEIROS, LATERAL DA RUA
BALTAZAR BUSCHLE POUCO APÓS O**

TREVO DA RUA SEVERINO GRETTNER

**ILHA DOS ESPINHEIROS II – RUA
BALTAZAR BUSCHLE, AO LADO
DO IATE CLUBE DE JOINVILLE**

ILHA DOS ESPINHEIROS III –
NORTE DA ILHA DOS ESPINHEIROS,
MARGEM DA LAGOA DO VARADOR

ILHA DOS ESPINHEIROS IV – FINAL
DA RUA SEVERINO GREYER,
ILHA DOS ESPINHEIROS

IRIRIUGUAÇÚ – À MARGEM DIREITA
DO RIO IRIRIUGUAÇÚ OU RIO DO
FERRO, ACESSO PELA AV.

SANTOS DUMONT

LAGOA DO SAGUAÇU – PARQUE
AMBIENTAL CAIEIRAS

MORRO DO AMARAL I – MARGENS
DO RIO RIACHO (OU BUGUAÇU)

MORRO DO AMARAL II – SUDESTE
DO MORRO DO AMARAL

MORRO DO AMARAL III –
NOROESTE DA ILHA DO AMARAL
(PARQUE MORRO DO AMARAL)

MORRO DO AMARAL IV – NOROESTE
DO PARQUE MORRO DO AMARAL

MORRO DO OURO – RUA GRACIOSA,
AO LADO DA PONTE DO TRABALHADOR,
BAIRRO GUANABARA

PONTA DAS PALMAS – CANAL
DO PALMITAL, AO NORTE DA
FOZ DO RIO CUBATÃO

RIBEIRÃO DO CUBATÃO – LATERAL DA
ESTRADA RIBEIRÃO DO CUBATÃO

RIO BUCURIÚMA – MARGEM
DIREITA DO RIO BUCURIÚMA

RIO COMPRIDO – RUA PONTE
SERRADA, BAIRRO COMASA

RIO DAS OSTRAS – MARGEM
ESQUERDA DO RIO DAS OSTRAS

RIO FAGUNDES – MARGEM
ESQUERDA DO RIO FAGUNDES

RIO FERREIRA – PRÓXIMO À MARGEM
ESQUERDA DO RIO FERREIRA

**RIO PIRABEIRABA – MARGEM
DIREITA DO RIO PIRABEIRABA**

**RIO RIACHO – BAIRRO
PARANAGUAMIRIM**

**RIO SAMBAQUI – MARGEM
DIREITA DO RIO SAMBAQUI**

**RIO VELHO I – MARGEM DIREITA
DO RIO VELHO, 350 METROS DA
CONFLUÊNCIA COM O RIO**

SANTINHO

**RIO VELHO II – MARGEM ESQUERDA
DO RIO VELHO, APROXIMADAMENTE
950 M AO SUL DA**

CONFLUÊNCIA COM O RIO SANTINHO

**RUA GUAÍRA – FINAL DA RUA
GUAÍRA, BAIRRO AVENTUREIRO**

**TIBURTIUS – MARGEM DIREITA
DO RIO SAMBAQUI**

PARANAGUAMIRIM II – NO SUL DO
MUNICÍPIO DE JOINVILLE, ÀS MARGENS
DA RODOVIA MUNICIPAL DO
PARANAGUAMIRIM

PARANAGUAMIRIM I – NA MARGEM
DIREITA DO RIO PARANAGUAMIRIM,
JÁ NO MUNICÍPIO DE ARAQUARI

FAZENDINHA – NORDESTE DA ILHA DO
MEL (REGIÃO PRÓXIMA A JOINVILLE)

ITACOARA (SAMBAQUI
FLUVIAL) – RIO PIRAÍ

*INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO RELATÓRIO
JOINVILLE CIDADE EM DADOS, EDIÇÃO DE 2019



OS CERAMISTAS: POVOS JÊ E GUARANI NA HISTÓRIA DE JOINVILLE

**ANTES DA CHEGADA DOS
EUROPEUS, A REGIÃO JÁ ERA
TERRITÓRIO DE DIFERENTES
GRUPOS INDÍGENAS**

Após milhares de anos marcados pela ocupação de grupos sambaquianos e pela presença da tradição Umbu, a paisagem cultural da região da Baía da Babitonga começou a se transformar com a chegada dos primeiros ceramistas, por volta de 1.300 anos atrás.

Esses novos grupos trouxeram mudanças nos modos de vida, nas práticas alimentares e nas expressões materiais.

É nesse período que surgem os primeiros vestígios de cerâmica no topo de antigos sambaquis, revelando uma possível sobreposição de culturas. “Os indícios mais fortes apontam para uma relação pacífica, com trocas e miscigenação. Em alguns sambaquis, a cerâmica aparece nas camadas superio-

“Em alguns sambaquis, a cerâmica aparece nas camadas superiores, sem sinais de conflito, indicando a presença de indivíduos diferentes, vindos de outras regiões”

**Dione da Rocha Bandeira,
arqueóloga do Masj**

res, sem sinais de conflito, indicando a presença de indivíduos diferentes, vindos de outras regiões”, explica a arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj), Dione da Rocha Bandeira.

No território que hoje corresponde a Joinville, os sítios arqueológicos Ponta das Palmas e Itacoara revelam a presença de ceramistas da família

REPRODUÇÃO



FRAGMENTOS DE CERÂMICA JÊ QUE FAZEM PARTE DO ACERVO DO MASJ

linguística Jê, antepassados dos Kaingang e dos Laklãnõ-Xokleng. Segundo o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisas indicam que esses grupos tiveram origem no planalto central brasileiro, migrando para o sul há mais de dois mil anos.

Ao contrário dos povos sambaquianos, os ceramistas Jê não acumulavam conchas. Eram pescadores, caçadores e horticultores. Usavam anzóis de ossos de animais na pesca, produziam artefatos com rochas e conchas, e fabricavam cerâmica lisa, com decoração em relevo.

Em artigo publicado no livro *Um barro lançado ao futuro* (2024), a arqueóloga Dione da Rocha Bandeira explica que a cerâmica Jê se caracteriza por formas simples, pequenos volumes e pouca decoração plásti-

ca. “Com muita frequência eram pretas e brilhosas”, descreve.

Além dos sítios Itacoara e Ponta das Palmas, dentro do território de Joinville, também foram encontrados vestígios da presença Jê em sítios da região da Baía da Babitonga, como Enseada 1, Forte Marechal Luz, Bupeva 2, Rio Pinheiros 2 e Ilha do Mel 1, nos municípios de São Francisco do Sul e Araquari.

REPRODUÇÃO



**CERÂMICAS ENCONTRADAS NOS SÍTIOS
ITACOARA E ENSEADA I E QUE FAZEM
PARTE DO ACERVO DO MASJ**

- PRIMEIROS REGISTROS DE CERAMISTAS NA REGIÃO DATAM DE 1.300 ANOS
- OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PONTA DAS PALMAS E ITACOARA REVELAM A PRESENÇA DE CERAMISTAS DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA JÊ NESTE PERÍODO EM JOINVILLE
- CERCA DE 600 ANOS ATRÁS, COMEÇAM OS REGISTROS DE OUTRO GRUPO DE CERAMISTAS NA REGIÃO: OS GUARANI, DA FAMÍLIA LINGUÍSTICA TUPI-GUARANI
- OS SÍTIOS ITACOARA E POÇO GRANDE APRESENTAM VESTÍGIOS DE CERÂMICA GUARANI
- REGIÃO DE JOINVILLE CONTA ATUALMENTE COM 4 TERRAS INDÍGENAS DEMARCADAS, SOMANDO 16 ALDEIAS QUE ABRIGAM CERCA DE 1.000 PESSOAS

CERAMISTAS GUARANI

Cerca de 600 anos atrás, começam os registros de outro grupo de ceramistas na região: os Guarani, da família linguística Tupi-Guarani. Em Joinville, há registros em dois sítios arqueológicos: o Poço Grande, no limite com Guaramirim, e o Itacoara, que apresenta cerâmica Jê e Guarani.

O sítio Itacoara, inclusive, sugere possíveis conflitos entre esses dois povos. “Esse sítio é interessante porque tem cerâmica tanto Jê quanto Guarani e reúne mais registros de esqueletos com pontas de flechas, indicando confronto. Isso não ocorre na maioria dos sambaquis tradicionais, que não têm cerâmica. Já nos sítios ligados aos ceramistas, aparecem vértebras e costelas com pontas cravadas”, explica Dione.

Segundo a arqueóloga,

os Guarani viviam em aldeias que hoje são identificadas por manchas escuras no solo. Utilizavam rochas e conchas na produção de artefatos e produziam cerâmica pintada em branco, preto, vermelho e em relevo.

No livro *Os Ceramistas Tupiguarani* (Iphan, 2010), o arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz descreve a cerâmica

“Nomes de bairros e rios derivam do Tupi-Guarani: Iririú, Sagua-çu, Pirabeiraba, além das cidades de Araquari e Guaramirim. São pistas que comprovam a presença indígena, fragmentos de memória que se mantêm vivos”
Bárbara Silva de Jesus, jornalista e antropóloga

Guarani como “potes, tigelas, panelas e grandes vasos com ombro e pescoço, variando desde pequenos recipientes de menos de 1 litro até grandes vasos que poderiam comportar mais de 100”.

Essas peças eram usadas para preparar, consumir e conservar alimentos e bebidas, mas algumas também tinham uso ritual, servindo para a deposição de corpos ou ossos de falecidos.

Dione da Rocha Bandeira destaca que os principais vestígios dos povos Jê e Guarani na região são fragmentos de vasilhames cerâmicos. A diferença está no tamanho das peças e no tratamento estético aplicado.

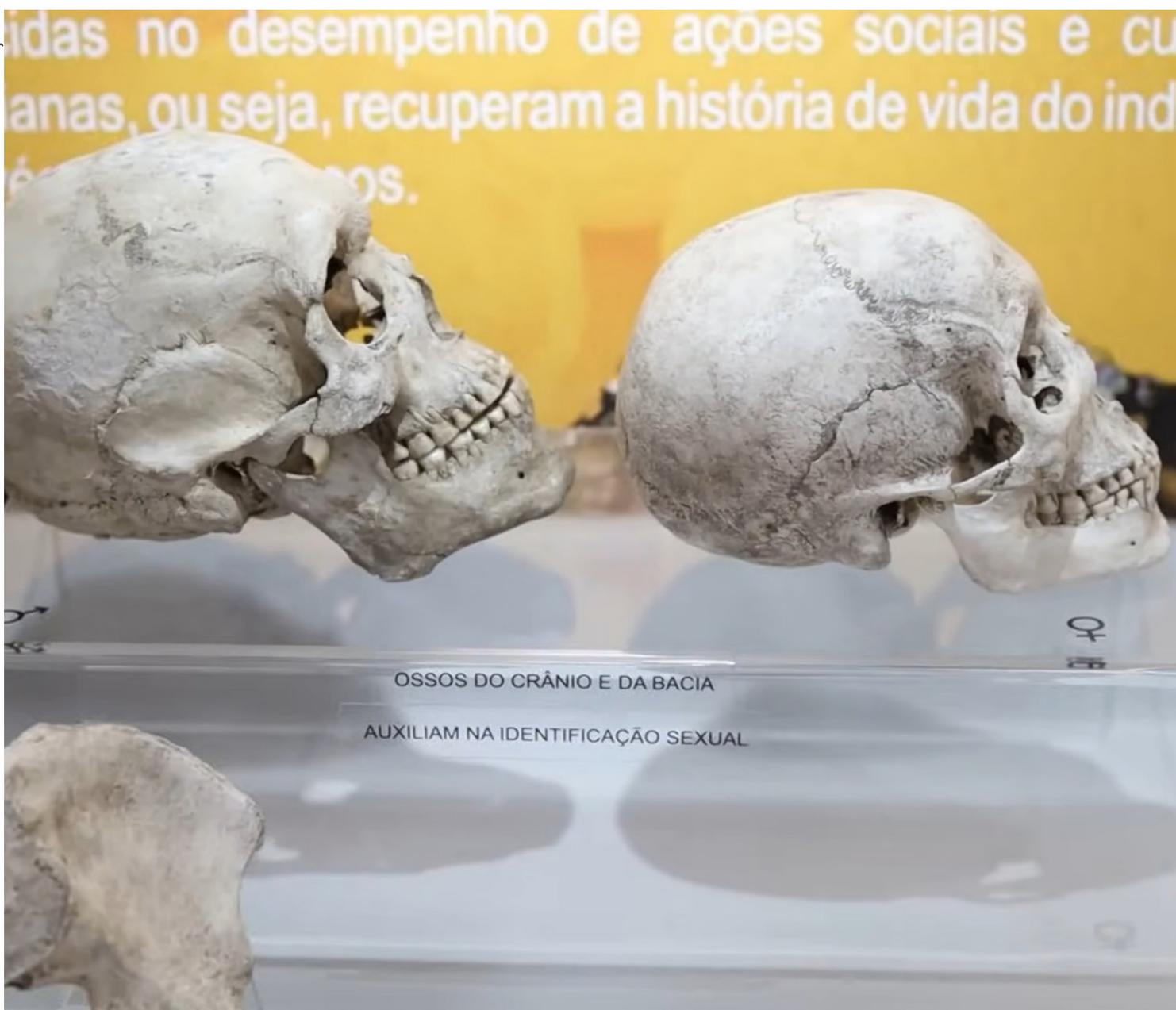
“Podemos dizer que a presença mais marcante de ceramistas na região foi a dos povos Jê, que já estavam aqui há 1.390 anos antes do pre-

sente, ou 560 anos depois de Cristo (sítio Enseada I). Quanto aos Guarani, não há dúvida sobre sua presença na Baía da Babitonga no período pré-colonial. Porém, essa presença parece mais tardia e, até o momento, há menos vestígios, o que exige novas pesquisas para compreender como se deu a ocupação desses povos”, escreve a arqueóloga em Um barro lançado ao futuro.

EXPULSÃO E RETORNO

A partir do século 16, com a chegada dos europeus, os povos indígenas sofreram com doenças e a escravização forçada, o que reduziu drasticamente suas populações na região.

Mais tarde, os Guarani retornaram a esses territórios. Atualmente, há aldeias e terras indígenas em Joinville, Garuva, Araquari, Barra do Sul e



CRÂNIOS LOCALIZADOS NO SÍTIO ITACOARA

São Francisco do Sul, todas na área da Baía da Babitonga.

A jornalista e antropóloga Bárbara Silva de Jesus, consultora técnica do povo Guarani no Litoral Norte de Santa Catarina, destaca que a história indígena da região sofreu apagamentos. “Há lapsos de memória e falta de documentos que dificultam a reconstrução da história das popula-

ções não-brancas, por isso, é difícil precisar quando os Guaranis começaram a retornar à Baía da Babitonga”, explica.

Segundo ela, o registro mais antigo da presença Guarani em Joinville é o sítio Poço Grande, encontrado e catalogado pelo arqueólogo Valter Piazza em 1974. “Ele identificou as cerâmicas encontradas no local como Guaranis. O sítio fica ao lado da Terra Indígena Piraí”, relata.

Antes disso, há registros indiretos, como uma notícia do jornal Correio do Povo (1968), sobre uma reunião de famílias Guaranis no bairro Floresta, em Joinville. Outro documento é o relatório do padre Facchini, enviado ao Centro Indigenista Missionário (CIMI) em 1982, informando que havia encontrado indígenas em Joinville no ano anterior.

“Depois disso, o primeiro do-

cumento oficial é de 1989, quando uma mulher indígena foi até o escritório da Funai, em Curitiba, para relatar conflitos. É o primeiro registro da Funai reconhecendo a presença Guarani em Joinville”, conta Bárbara.

Ela acredita, no entanto, que os Guarani já circulavam na região bem antes desses registros. “Joinville teve um boom

“Há lapsos de memória e falta de documentos que dificultam a reconstrução da história das populações não-brancas, por isso, é difícil precisar quando os Guarani começaram a retornar à Baía da Babitonga”

Bárbara Silva de Jesus, jornalista e antropóloga

urbano nos anos 1970, mas antes disso os Guarani caminhavam pela mata, de São Francisco do Sul até Itajaí, Guaramirim e Paranaguá. Levavam dias nessas rotas e, por isso, muitas vezes não havia encontros com os não-indígenas”, afirma.

A antropóloga também chama atenção para as marcas linguísticas deixadas pelos indígenas na cidade. “Nomes de bairros e rios derivam do Tupi-Guarani: Iririú, Saguazu, Pirabeiraba, além das cidades de Araquari e Guaramirim. São pistas que comprovam a presença indígena, fragmentos de memória que se mantêm vivos”, explica.

Para Bárbara, é fundamental reconstituir esses encontros para além da narrativa da violência. “Precisamos pensar a história numa perspectiva cultural e histórica mais ampla. Isso não é apenas passado: é

presente e futuro”, ressalta.

Hoje, a região conta com quatro terras indígenas demarcadas, somando 16 aldeias que abrigam cerca de mil pessoas. “O território indígena na região é significativo: ocupa uma boa parte de Araquari, cidade industrial onde há conflitos. Precisamos refletir sobre como construir uma sociedade mais harmoniosa, com respeito às diferenças”.



A PRESENÇA LUSO-BRASILEIRA E NEGRA NA FORMAÇÃO DE JOINVILLE

**FAMÍLIAS DE ORIGEM PORTUGUESA
E AFRODESCENDENTES JÁ
HABITAVAM E ORGANIZAVAM A
REGIÃO ANTES DA FUNDAÇÃO DA
COLÔNIA DONA FRANCISCA**

Pelo menos 200 anos antes de os imigrantes alemães desembarcarem no território que hoje conhecemos como Joinville e darem início à colonização, a região já era habitada por famílias brasileiras de origem portu-



MÃO DE OBRA ESCRAVA FOI UTILIZADA EM JOINVILLE NO SÉCULO XIX

guesa, que trouxeram consigo pessoas negras escravizadas.

As terras faziam parte da cidade de São Francisco do Sul, cujo território foi identificado por uma expedição francesa em 1504. No local, o primeiro povoado foi fundado por uma expedição espanhola, que durou de 1553 a 1555. Foi só a partir de 1642, com a conces-

são de uma sesmaria - lote de terras distribuído pela Coroa portuguesa com o objetivo de povoar e cultivar áreas consideradas virgens - que a região passou, de fato, a ser ocupada.

Alguns anos depois, em 1658, o povoamento de São Francisco do Sul foi consolidado com a chegada de Manoel Lourenço de Andrade, vindo da Capitania de São Vicente (SP) com a esposa, filhos e familiares. O grupo trouxe grande quantidade de ferramentas agrícolas, gado

“Quem trouxe os germânicos em barquinhos do porto de São Francisco do Sul até Joinville foram os escravos”

Valdete Daufemback Niehues, historiadora

e pessoas escravizadas. A área começou, então, a ser desmatada e a formar um núcleo original.

Logo, outras famílias de origem portuguesa também vieram ocupar suas sesmarias em São Francisco do Sul, trazendo consigo os escravizados. Posteriormente, muitas dessas terras acabaram integrando a Colônia Dona Francisca e, hoje, fazem parte do território de Joinville.

“Os primeiros lusos que chegaram à região trataram da agricultura e, para isso, usavam muito o trabalho das pessoas escravizadas”, explica a historiadora Valdete Daufemback Niehues.

Segundo ela, os escravizados atuavam, principalmente, nos engenhos de mandioca, de cana-de-açúcar e nas lavouras. Registros históricos apontam para a presença dessa população nas regiões que hoje correspondem aos bairros Cubatão, Adhemar Garcia, Pa-

ranaguamirim, Itaum, Bucarein, Boa Vista e Espinheiros, onde existiam grandes fazendas.

POPULAÇÃO ESTABELECIDNA COLÔNIA

As famílias luso-brasileiras eram fazendeiras. Depois, com o passar dos anos, tornaram-se também proprietárias de comércio. A partir de 1851, os germânicos passaram a se

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE



MORADIA DE ESCRAVO EM JOINVILLE

incorporar ao dia a dia da região, e as pessoas escravizadas tiveram papel fundamental nesse início, viabilizando, inclusive, a chegada deles à então Colônia Dona Francisca, que em 1877 foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Joinville.

“Quem trouxe os germânicos em barquinhos do porto de São Francisco do Sul até Joinville foram os escravizados. Hoje já se tem mais registros da contribuição desse povo para a colonização. Em uma nota de rodapé de um jornal antigo, um luso relata que os alemães chegaram em Joinville pelo remo dos escravizados, e também foram essas pessoas que construíram os barracões onde os europeus habitavam inicialmente”, observa a historiadora Valdete.

Dilney Cunha, historiador e coordenador do Arquivo Histórico de Joinville, afirma que,

quando as primeiras levas de imigrantes chegaram, em 1851, já existia uma população estabelecida no território da Colônia Dona Francisca em torno de 300 a 400 pessoas. “Essas famílias luso-brasileiras e afrodescendentes já desenvolviam uma economia de subsistência e o excedente era exportado pelo porto de São Francisco do Sul”.

ESCRavidÃO EM JOINVILLE

A historiadora Valdete ressalta que, por muitos anos, acreditou-se que Joinville não teve trabalho escravizado, porque quando os germânicos vieram rumo ao Brasil, assinaram documentos desistindo da sua cidadania e garantindo que não utilizariam mão de obra escrava na nova terra.

“Naquela época, Dom Pedro II estava muito próximo de atender às reivindicações da Ingla-

terra, que desejava implantar o trabalho assalariado aqui. Como as pessoas escravizadas não eram consumidoras, começou uma pressão no Brasil para não se ter mais escravos. As leis contra a escravidão começam em 1821, permeiam todo o século 19, até 1888, quando temos a abolição”.

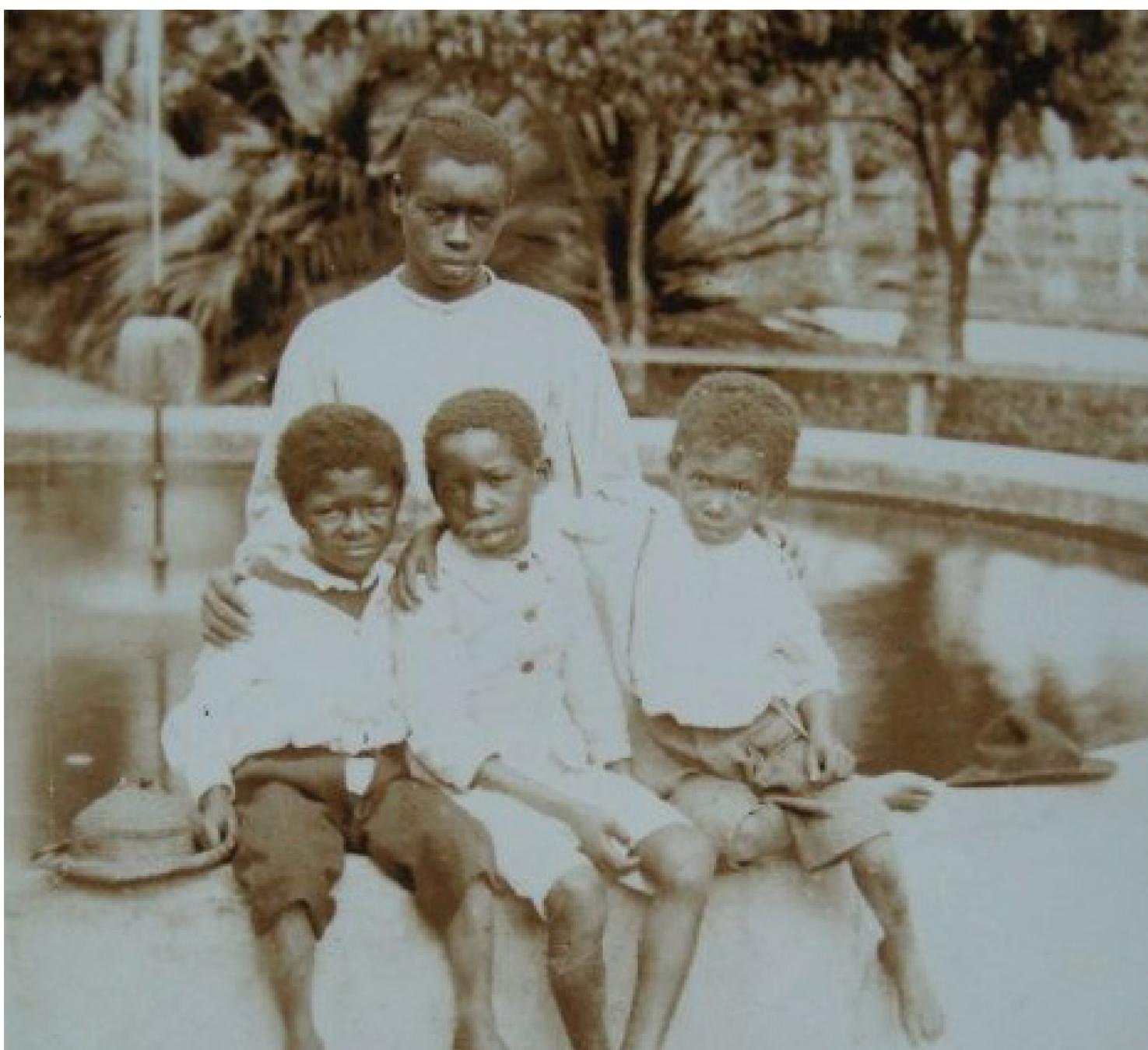
Na prática, entretanto, há registros de que os imigrantes também utilizavam dessa mão de obra, mesmo que não oficialmente. “Os imigrantes eram proibidos de ter escravizados, mas usavam o trabalho escravo. Não negociavam oficialmente, mas existem relatos e registros de que acabavam utilizando e pagando ao proprietário desse escravizado”, destaca o coordenador do Arquivo Histórico de Joinville, Dilney Cunha.

Mesmo com a Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, decretando o fim da escravi-

dão no Brasil, a maior parte da população negra continuou trabalhando para seus antigos proprietários, em condições semelhantes às de quando viviam como escravizados. Isso ocorreu em todo o Brasil, e em Joinville não foi diferente.

“A abolição aconteceu sem um programa de inserção da população negra no mercado

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE



PRAÇA DA COMUNIDADE ÁFRICA

de trabalho, em um sistema de ensino que possibilitasse sua integração nessa nova condição de libertos, com melhores condições de vida, igualdade e acesso a benefícios. Formalmente estavam libertos, mas seguiam nas mãos dos proprietários, pois era a única opção que tinham”, explica Dilney.

QUILOMBOS EM JOINVILLE

Com o tempo, a população negra passou a ocupar pequenos lotes, com muita dificuldade, trabalhando apenas para a subsistência. Assim, começou a se formar uma comunidade afrodescendente na cidade.

“Temos registros que mostram que parte da população que foi escravizada saía dessas fazendas e ocupava pequenos lotes onde passava a viver com a família. Encontramos documentação na prefeitura e no arquivo sobre uma

comunidade chamada África, no início do século 20. Era formada por antigos escravizados das fazendas da região que se estabeleceram ali”, ressalta o historiador Dilney Cunha.

Essa comunidade ficava na Estrada do Pico, em Pirabeiraba. Recentemente, foi localizado no Arquivo Histórico um requerimento de 1915 que solicitava auxílio da prefeitura para a escola da comunidade, também chamada África. A escola foi construída pelos próprios moradores para acolher filhos de antigos escravizados e imigrantes luso-brasileiros.

De acordo com Dilney, em 1940, a Escola África tinha 42 alunos. Em 1951, a instituição passou para a administração da prefeitura e, nos anos 1980, foi desativada e demolida.

Rhuan Carlos Fernandes, historiador, mestre em patrimônio e membro do Movimento Negro

Maria Laura, lembra que ainda no século 19 foi criada a Comunidade do Ribeirão do Cubatão, certificada em dezembro de 2019 como comunidade remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares.

“Um dos ancestrais da Comunidade Ribeirão do Cubatão foi seu Antônio Naro, que foi

“Os luso-brasileiros vão ter o predomínio na economia e na política. Só a partir do século 20 é que o elemento germânico começa a se destacar, antes disso, não tiveram participação”

Dilney Cunha, historiador e coordenador do Arquivo Histórico de Joinville

escravizado, vindo de Portugal junto com a família Budal, e que foi liberto em 1879 porque atuou na epidemia de febre amarela, ajudando a salvar muitas vidas com suas garrafadas. Esse senhor ganhou sua terra naquela região e começou a trazer sua família, dando origem à comunidade”.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo define quilombo como a denominação para comunidades constituídas por pessoas escravizadas que resistiram ao regime escravocrata que vigorou no Brasil por mais de 300 anos. Os quilombos se formaram tanto a partir de fugas para terras livres, como pela conquista da liberdade por meio de doações, recebimento de terras como pagamento de serviços ou permanência em áreas que já ocupavam e cultivavam dentro de grandes proprie-

dades. O que caracterizava o quilombo era a resistência e a conquista da autonomia.

Além da Comunidade Ribeirão do Cubatão, Joinville conta com outra comunidade remanescente quilombo-la certificada pela Fundação Cultural Palmares: a Comunidade Beco do Caminho Curto, na Estrada da Fazenda, também em Pirabeiraba. Diversas pesquisas apontam que, na região rural de Pirabeiraba, havia engenhos de açúcar que utilizavam mão de obra escravizada. Assim, a formação da Comunidade Beco do Caminho Curto também é um dos frutos desse período histórico.

LUSOS-BRASILEIROS NA POLÍTICA E ECONOMIA

Os historiadores destacam que a presença dos brasileiros de origem lusa foi importante para o desenvolvimen-

- EM 1658 AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS LUSO-BRASILEIRAS CHEGAM À REGIÃO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
- MUITOS OCUPARAM AS TERRAS QUE, POSTERIORMENTE, INTEGRARAM A COLÔNIA DONA FRANCISCA, ATUAL JOINVILLE
- REGISTROS HISTÓRICOS APONTAM PARA A PRESENÇA DOS LUSO-BRASILEIROS E AFRODESCENDENTES NAS REGIÕES QUE HOJE CONHECEMOS COMO OS BAIRROS CUBATÃO, ADHEMAR GARCIA, PARANAGUAMIRIM, ITAUM, BUCAREIN, BOA VISTA E ESPINHEIROS
- EM 1851, JÁ EXISTIA UMA POPULAÇÃO ESTABELECIDADA NO TERRITÓRIO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA EM TORNO DE 300 A 400 PESSOAS
- COM POUCAS EXCEÇÕES, DE 1892 A 1934, OS LUSO-BRASILEIROS É QUE ESTIVERAM NO COMANDO DA PREFEITURA DE JOINVILLE

**- ABDON BATISTA É CONSIDERADO
O PRIMEIRO PREFEITO
NEGRO DE JOINVILLE**

**- ATUALMENTE, JOINVILLE TEM DUAS
COMUNIDADES REMANESCENTES
QUILOMBOLAS CERTIFICADAS PELA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

to da Colônia Dona Francisca. Presentes no território há pelo menos 200 anos, seu conhecimento sobre a região foi relevante para orientar os primeiros imigrantes.

Eles também tiveram papel importante na política local e lideraram as principais instituições administrativas e políticas da cidade por mais de quatro décadas. De acordo com artigo publicado pela Academia Joinvilense de Letras, com poucas exceções,



de 1892 a 1934, os luso-brasileiros estiveram no comando da prefeitura – período marcado por investimentos em infraestrutura e modernização, determinantes para o desenvolvimento do século 20.

“Quando foi aberta a Estrada Dona Francisca, que tinha o objetivo de escoar a erva-mate que vinha do Planalto Norte até o porto de São Francisco do Sul, começou a se gerar um capital aqui na região, principalmente com a Companhia Industrial Catariense, empresa formada pela associação de vários empresários do setor da erva-mate, muitos deles, luso-brasileiros”, destaca a historiadora Valdete Daufemback Niehues.

Com a ascensão do mercado da erva-mate, impulsionado pela construção da estrada, brasileiros de outras localidades, sobretudo do

Paraná, começaram a investir em Joinville, entre 1870 e o início do século 20. “Eles passaram a ter o predomínio na economia e na política. A partir do final do século 19 e início do século 20 é que vão surgir empreendimentos significativos como ferrarias, serralherias, fundições, e aí sim se vê o elemen-

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE



PLANTA DA ESCOLA ÁFRICA, LOCALIZADA RECENTEMENTE PELO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

to germânico se destacando. Antes disso, eles não tiveram muita participação”, destaca o historiador Dilney Cunha.

UM PREFEITO NEGRO

No fim do século 19 e início do século 20, Joinville teve um prefeito negro: Abdon Batista.

Nascido em Salvador, na Bahia, em 1851, Abdon Batista era filho adotivo do advogado Hermenegildo Batista e de Maria Carolina Batista. Era filho biológico de uma mulher negra, Thereza Maria de Jesus, e, segundo pesquisadores, de um homem branco, que não consta em seus registros. Em 1869, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Na década de 1880, mudou-se para São Francisco do Sul.

Na cidade, atuou como médico e também esteve envolvido no comércio e na indústria matei-

ra, sendo, mais tarde, um dos maiores acionistas da Companhia Industrial Catarinense. Em 1888, mudou-se para Joinville, onde continuou atuando como médico e ampliou seus negócios no setor da erva-mate.

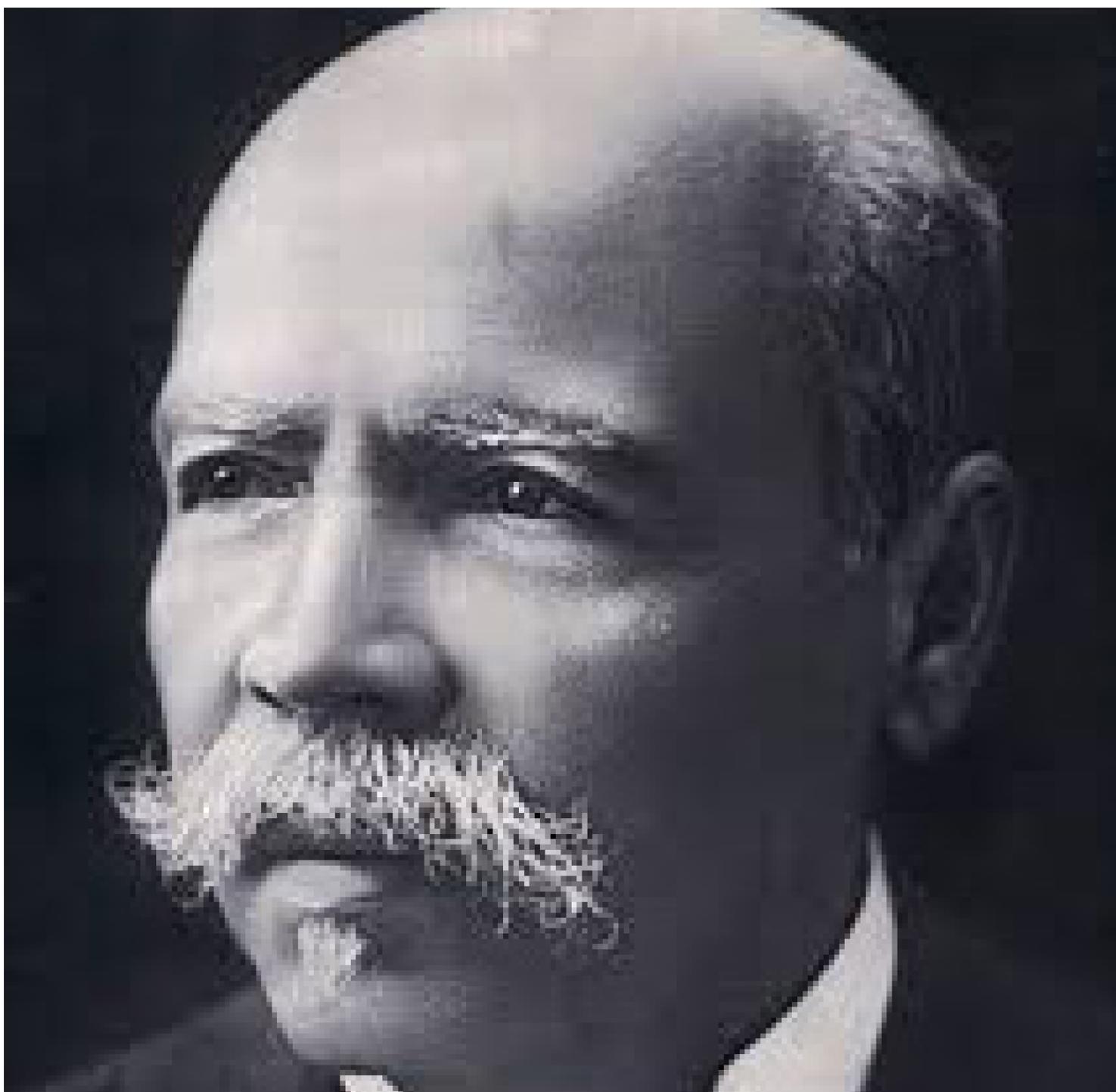
Na cidade, destacou-se politicamente. Foi intendente municipal - cargo equivalente ao de prefeito - de 1892 a 1893; de 1893 a 1894; de 1915 a 1918; e de 1919 a 1921.

Também foi deputado estadual, deputado federal eleito quatro vezes, senador e governador do estado em duas oportunidades: a primeira, de

“A população negra de Joinville foi fundamental, assim como no Brasil todo”
Rhuan Carlos Fernandes,
historiador e membro do
Movimento Negro Maria Laura

26 de junho a 19 de julho de 1889, quando assumiu interinamente a presidência da Província catarinense (equivalente ao atual cargo de governador), e a segunda, de 28 de setembro a 21 de novembro de 1906.

Abdon Batista é considerado um dos principais nomes do domínio luso-brasileiro em Joinville, mas o fato de ele ser negro ainda é pouco discutido. “A população negra de Joinville foi fundamental, assim como no Brasil todo. Não há como falar de Joinville sem falar sobre a população negra. Ela esteve na mão de obra, mas também nas articulações de várias questões relevantes para nossa sociedade. Um exemplo é Abdon Batista, que era negro e de uma importância política excepcional, e isso ainda é pouco falado”, destaca Rhuan Carlos Fernandes, historiador, mestre em patrimônio e membro do



ABDON BATISTA EM JUNHO DE 1919

Movimento Negro Maria Laura.

Ele ressalta ainda a contribuição de outros representantes negros para o desenvolvimento da cidade, principalmente nas primeiras décadas do século 20. “A organização da cidade de Joinville não é apenas sobre o processo de escravidão. Temos outros processos também. Já no século 20, te-

mos uma participação importante na educação. A educação de Joinville foi organizada por pessoas negras”, afirma.

Ele cita como exemplo a reforma do ensino público da cidade proposta por Abdon Batista, ainda no fim do século 19. Também ressalta as contribuições de Antônia Alpaídes e Reinaldo de França, professores negros que tiveram papel de destaque entre as décadas de 1930 e 1950 no município.

“Também podemos falar de várias associações negras que temos em Joinville. Existe uma presença política, histórica e cultural muito significativa, mas que muitas vezes passa despercebida, porque a partir do século 20, Joinville passou a se narrar como uma cidade alemã, apagando os traços e a história da população negra e indígena aqui nesse território”.



OS GERMÂNICOS EM JOINVILLE: DA PROMESSA DE PROSPERIDADE À CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE

**ENTRE DIFICULDADES E ADAPTAÇÃO,
OS IMIGRANTES EUROPEUS
AJUDARAM A TRANSFORMAR A
COLÔNIA DONA FRANCISCA EM UM
POLO ECONÔMICO E CULTURAL DE
SANTA CATARINA**

Nos registros oficiais, a fundação da Colônia Dona Francisca, atual Joinville, data de 9 de março de 1851. Foi neste dia que o primeiro grupo de imigrantes europeus desem-

barcou para ocupar as terras adquiridas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, com a promessa de que no Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, teriam melhores condições de vida e a garantia de prosperidade.

A Sociedade Colonizadora de Hamburgo foi uma empresa alemã constituída especificamente para colonizar e comercializar as terras pertencentes ao dote da princesa Dona Francisca, irmã de Dom Pedro II. Em 1º de maio de 1843, ela se casou com François de Orléans (príncipe de Joinville), filho do rei da França. Como parte do dote, o casal recebeu 25 léguas quadradas de terras localizadas na margem direita do rio São Francisco, na vila de mesmo nome.

Em 1849, o príncipe decidiu explorar economicamente as terras recebidas pelo dote da



REGISTRO DE 1866, FEITO DA SACADA DA ANTIGA SEDE DA DIREÇÃO DA COLÔNIA, PELO FOTÓGRAFO ROBERT HOFFMANN

princesa, então, por intermédio de Louis François Léonce Aubé, negociou parte das 25 léguas de terras com um grupo de empresários de Hamburgo, que estavam interessados em promover a emigração alemã para o Sul do Brasil.

“Naquela época, o Sul do Brasil era pouco habitado, especialmente Santa Catarina, que

tinha apenas pequenas vilas nas regiões de Laguna, Florianópolis e São Francisco do Sul. Todo o espaço era aberto, não havia colonização ainda, apenas os povos originários, mas como essa população era considerada inferior, a ideia é que esses espaços ‘vazios’ fossem ocupados. O governo imperial tinha interesse em colonizar essas áreas por segurança, para evitar que outros países tomassem o Sul”, explica a historiadora Valdete Daufemback Niehues.

OS MOTIVOS DA MUDANÇA

Na década de 1840, uma grave crise econômica, política e social afetou a Europa. Para fugir da miséria e do desemprego, milhares de pessoas decidiram emigrar. “A Alemanha estava interessada em mandar para cá a população que não servia mais para lá, já que

a sociedade estava se industrializando, e essas pessoas eram, sobretudo, agricultores, que não tinham manejo na indústria”, diz a historiadora.

A Sociedade Colonizadora de Hamburgo serviu como uma facilitadora para a imigração. O príncipe de Joinville, inicialmente, cedeu oito de suas 25 léguas de terra para a empresa comercializar. A intenção do negócio era lucrar com a imigração, formando no Brasil uma colônia alemã, vinculada aos interesses comerciais do país germânico.

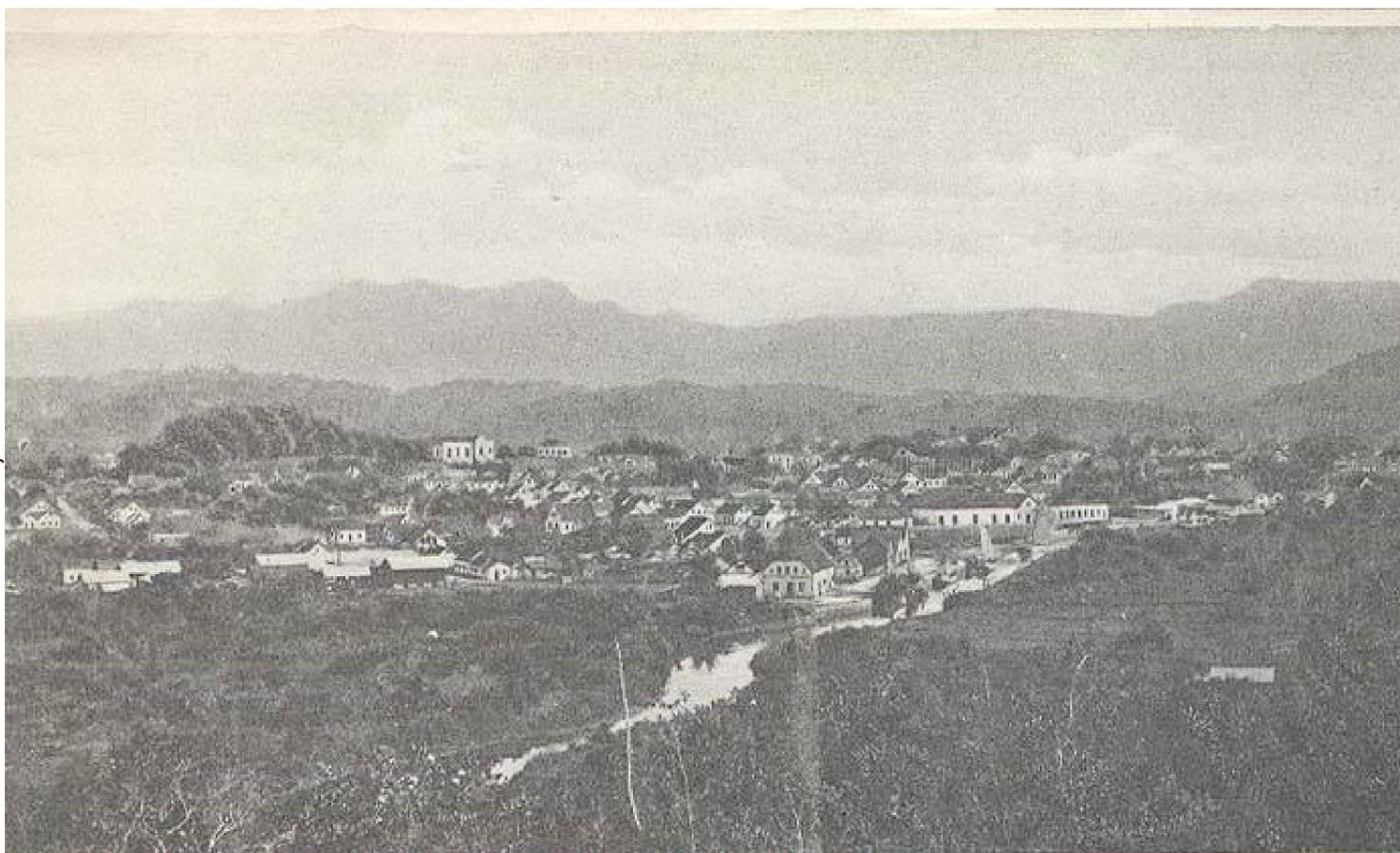
Entre 1850 e 1888, a Colônia Dona Francisca recebeu 17 mil imigrantes, em sua maioria, de acordo com registros da prefeitura, agricultores sem recursos, estimulados pela propaganda que apresentava o lugar como um paraíso.

“Eles compraram a passagem de ida e ao chegar aqui

viram terríveis surpresas. Na Alemanha chegavam desenhos maravilhosos, feitos com bico de pena, retratando casas e toda uma estrutura pronta para se viver aqui, mas no fim não tinha nada disso”, ressalta a historiadora.

Dilney Cunha, historiador e coordenador do Arquivo Histórico de Joinville, explica que os imigrantes começa-

REPRODUÇÃO/IMAGENS ANTIGAS DE JOINVILLE



Joinville, im Hintergrund die Serra do Mar.

Carl Schneider, Joinville No. 14

**VISTA DE JOINVILLE NO FIM
DO SÉCULO 19. REGISTRO
DE CARL SCHNEIDER**

ram a chegar em 1850, com um pequeno grupo encarregado de preparar o terreno para a chegada do grande grupo, em março de 1851.

“Nas primeiras duas décadas, os imigrantes que chegavam encontraram muitas dificuldades. Não havia nada pronto. Não existia uma estrutura básica instalada. Os primeiros encontraram uma mata virgem, com pequenas clareiras, e construções primitivas. Não havia condições apropriadas para receber essas primeiras pessoas”.

O historiador ressalta que a Colônia Dona Francisca foi um empreendimento privado, que visava o lucro. “A Sociedade Colonizadora era formada por pessoas muito ricas: empresários, donos de frotas de embarcações, que viram na colonização uma forma de fortalecer o comércio com o Brasil”.

TEMPOS DIFÍCEIS

Segundo registros da Prefeitura de Joinville, os imigrantes alemães e suíços eram a maioria no início. Depois, chegaram também noruegueses, austríacos e suecos.

Os primeiros anos na Colônia foram difíceis para os imigrantes, que tiveram que se adaptar ao clima e modo de vida totalmente diferente do que estavam acostumados.

“O início foi desafiador, com muita dificuldade de adaptação ao clima. Depois dos desafios do longo período de viagem até aqui, precisaram enfrentar as doenças tropicais, que causaram inúmeras mortes”, observa Valdete.

Dilney reforça a importância dos lusos-brasileiros e dos afrodescendentes nesse início da Colônia Dona Francisca. “Os imigrantes ficaram perdidos

com as falsas promessas. Se não fossem essas populações, já estabelecidas a bem mais tempo, não teriam superado. Eles que conheciam o ambiente, sabiam o que poderiam plantar. Repassaram conhecimentos sobre culinária, fauna, flora e métodos construtivos". De acordo com ele, foram criados núcleos de povoamen-

REPRODUÇÃO/IMAGENS ANTIGAS DE JOINVILLE



RUA DO PRÍNCIPE EM MEADOS DE 1910

to na Colônia Dona Francisca. O primeiro corresponde ao que hoje é a área central de Joinville. Em seguida, em 1852, há registros de um novo núcleo de povoamento na região da rua Anaburgo, no bairro Vila Nova, e depois em 1860, surge o núcleo de Pedreira, hoje Pirabeiraba.

“Esses imigrantes recebiam subvenções. A comunidade de onde eles saíam bancavam as passagens e a moradia, mas eles tinham que assinar um contrato se comprometendo a devolver esse dinheiro. Então, eles chegavam aqui, e além de não ter uma infraestrutura mínima, estavam endividados”.

Segundo Dilney, os imigrantes levaram décadas para conseguir devolver o dinheiro que lhes foi emprestado. Muitos, entretanto, não conseguiram pagar a dívida. “Muitas

vezes, eles não encontravam as condições adequadas para prosperar. Não tinham formas de escoar a produção, e enfrentaram muita dificuldade. O pouco recurso que tinham era para a subsistência nesses primeiros tempos”.

ORGANIZAÇÃO GERMÂNICA

No livro História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca, o pesquisador Carlos Ficker destaca que em 1851 chegou o navio ‘Gloriosa’, que teve grande repercussão no desenvolvimento da Colônia.

“Os imigrantes embarcados no Gloriosa não representavam o tipo de colonos comuns, sem recursos, e sim uma seleção de homens cultos e inteligentes, oficiais do extinto exército, senhoras e senhoritas”, escreveu.

Segundo os registros, entre os 75 passageiros do navio

estavam engenheiros, teólogos, economistas, comerciantes, médicos, entre outros.

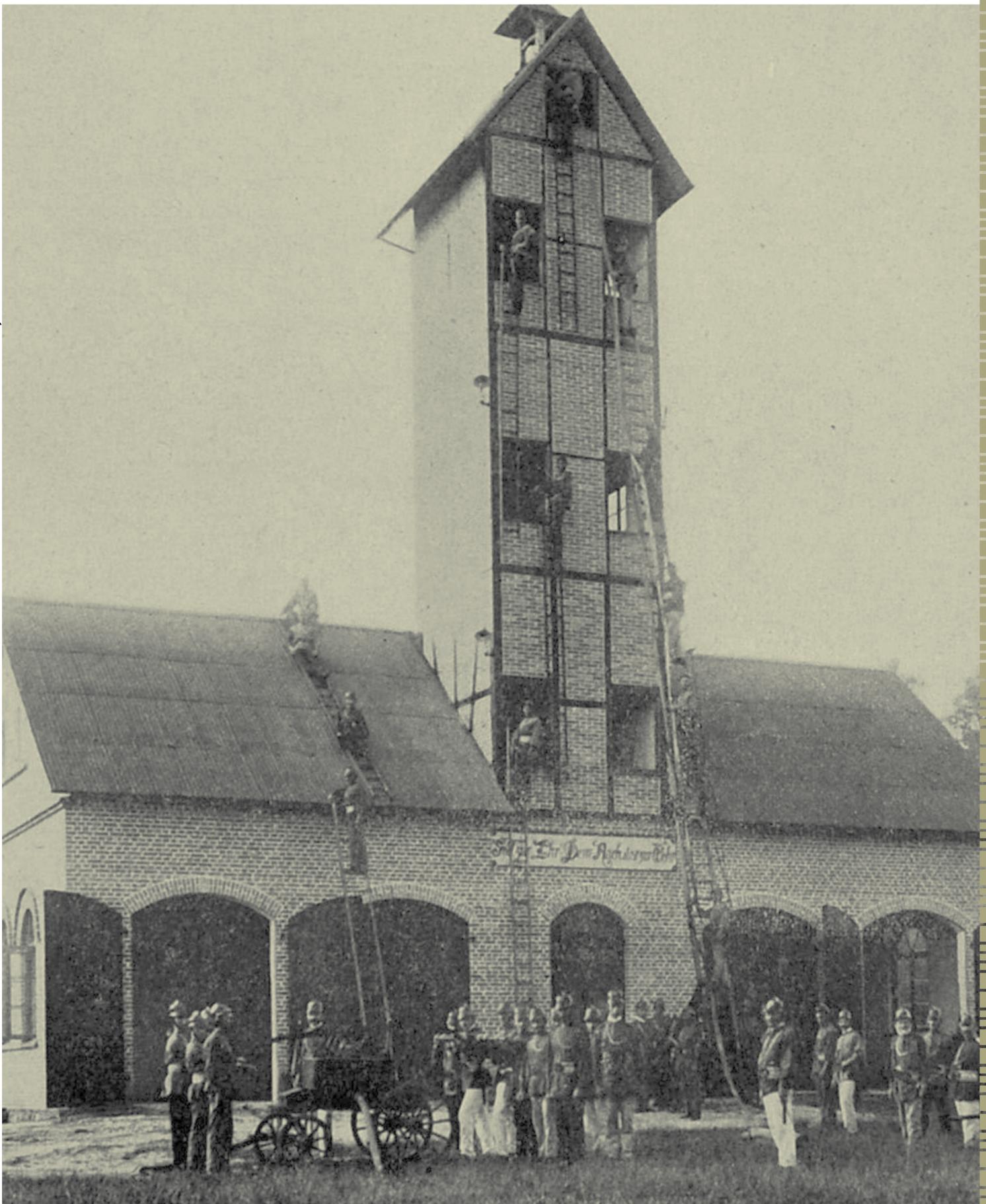
Em 1852, a população da Colônia era em torno de 679 colonos suíços, alemães e noruegueses. A pluralidade de línguas e dialetos, junto ao desconhecimento do idioma português, exigiam normas que servissem de base para a vida em comunidade.

Ao adquirir um terreno na Colônia Dona Francisca, o imigrante recebia um título de propriedade emitido pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo. O documento não apenas garantia o direito à posse, como também estabelecia obrigações aos colonos e a seus herdeiros, entre elas, manter em boas condições a estrada ou rua em frente ao lote e pagar anualmente uma taxa de pelo menos 2 mil réis. Esses recursos deveriam ser aplica-

dos em obras de interesse coletivo, como igrejas, escolas, hospitais, pontes e estradas.

Essa preocupação com a vida comunitária também se refletiu na chamada Lei Fundamen-

REPRODUÇÃO/IMAGENS ANTIGAS DE JOINVILLE



**REGISTRO DO CORPO DE BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE JOINVILLE, CORPORAÇÃO
PRIVADA FUNDADA EM 1892**

tal da Colônia Dona Francisca, aprovada em 23 de janeiro de 1853. Considerada uma espécie de constituição local, a lei respeitava a legislação imperial, mas organizava a sociedade de forma autônoma, garantindo maior participação política aos colonos. O documento instituiu a comuna, definida como poder legislativo da colônia, formada por todos os imigrantes e futuros moradores. A representação se dava por meio de um conselho comunal, composto por cinco membros e dois suplentes.

Em 1856, a comuna foi substituída pela Gemeindevorstand (conselho comunitário), com poderes restritos à arrecadação e aplicação de impostos, sobretudo para obras de infraestrutura viária. Para organizar essa estrutura, a colônia foi dividida em distritos, e cada um elegia representantes que

formavam a Vertreterschaft (conselho de representantes) da Verein der Grundbesitzer (associação de proprietários de terras). Essa associação, por sua vez, elegia os membros do conselho comunitário. Em sua tese de doutorado em História Econômica, pela Universidade de São Paulo (USP), o economista Luiz Mateus da Silva Ferreira, destaca que esse modelo de organização política evidencia o grau de autonomia concedido aos imigrantes no início da experiência colonial.

Com a criação da vila de Joinville, em 1866, essa experiência comunitária foi extinta. O conselho comunitário foi dissolvido e substituído pela Câmara Municipal. No entanto, muitos de seus antigos líderes se mantiveram ativos na política local. Nas primeiras eleições municipais, realizadas em setembro de 1868, nomes como

Bernhard Poschaan Jr., Benno von Frankenberg e Adolph Haltenhoff, figuras de destaque da antiga associação de proprietários, foram eleitos como conselheiros. Haltenhoff chegou a assumir também os cargos de juiz de paz e presidente da Câmara Municipal, demonstrando a influência germânica na vida pública da cidade.

O historiador Dilney Cunha lembra que nesta época, poucos estavam aptos a participar do processo político. “Os imigrantes não podiam participar da política se não se naturalizassem brasileiros. Além disso, só podiam concorrer homens com mais de 21 anos, e que tivessem uma renda mínima anual, o que não era o caso da maioria dos imigrantes, tirando uma pequena parte que vinha com alguns recursos para empreender”.

DO TRABALHO RURAL À INDUSTRIALIZAÇÃO

Apesar da propaganda que promovia a agricultura como base da colônia, a prática foi diferente. Muitos colonos dedicavam pouco tempo ao cultivo das próprias terras, preferindo atuar em obras públicas e serviços privados, onde havia possibilidade de ganhos mais imediatos. Em sua tese de

MEMÓRIA CÂMARA DE JOINVILLE



**IMIGRANTE JACOB RICHLIN E O FILHO
AUGUSTO EM CANOA NO RIO CUBATÃO**

doutorado em História Econômica, o economista Luiz Mateus da Silva Ferreira observa que a demanda constante por mão de obra, sobretudo para a abertura e manutenção de estradas, ruas e pontes, favoreceu o desenvolvimento do assalariamento, algo incomum em outras experiências coloniais do período.

Outro fator decisivo, de acordo com ele, foi o perfil dos imigrantes que chegaram a Colônia Dona Francisca: além de agricultores, havia um número significativo de artesãos e profissionais como carpinteiros, ferreiros, marceneiros, funileiros e mecânicos, que trouxeram experiência prévia nestas atividades. Essa presença favoreceu desde cedo a formação de uma economia diversificada, na qual o comércio, os serviços e a pequena produção artesanal tinham peso se-

melhante ao da agricultura.

A construção da Estrada Dona Francisca (1858–1892) consolidou essa vocação. Ao integrar a colônia ao planalto norte catarinense, a via permitiu que Joinville se inserisse no ciclo da erva-mate. Transportada em carroções, a produção descia do planalto catarinense e paranaense para ser beneficiada em Joinville e, em seguida, exportada pelo porto de São Francisco do Sul. Os carroções, com capacidade para duas toneladas, retornavam carregados de produtos coloniais.

Esse intenso fluxo comercial impulsionou as oficinas locais. O uso constante dos carroções exigia reparos frequentes e peças novas, estimulando a fabricação de peças. Nos engenhos de beneficiamento da erva-mate, fornos e trituradores precisavam de manutenção, o que fomentou a criação de ferra-

rias, fundições e marcenarias.

A partir das décadas de 1880 e 1890, esse movimento ganhou escala. Foram fundadas metalúrgicas que produziam aduelas de metal para reforçar tonéis de madeira. Pequenas fábricas cresceram e deram origem às primeiras indústrias da cidade.

Muitos dos negócios criados nesse período se tornaram empresas de grande porte nas décadas seguintes. A Wetzel, referência no setor eletrometal-mecânico, nasceu da produção artesanal de velas e sabão iniciada pelo imigrante Friedrich Wetzel em 1856. A Ciser, maior fabricante de porcas e parafusos da América Latina, surgiu da expansão da loja de ferragens de Carl Schneider (1881). O curtume de Jacob Richlin, fundado em 1856, deu origem à Richlin & Cia, importante em-



CASA DA DIREÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

presa do século 20. Outras trajetórias semelhantes incluem a Döhler S/A (1883), a fundição de ferro de Wilhelm Motzkeit (1883) e a Lepper (1907).

Em sua tese de doutorado, Luiz Mateus da Silva Ferreira ressalta que essas empresas prosperaram em um contexto de profundas transformações

no Brasil, marcado pela abolição da escravidão, pelo avanço da urbanização, pelo crescimento do trabalho assalariado e pela expansão do transporte e das comunicações. “A presença de operários e profissionais oriundos do meio urbano fez surgir na Colônia Dona Francisca uma tendência natural ao comércio e à indústria”.

DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Essa vocação para a indústria, despertada quando ainda era uma colônia, segue dando frutos à cidade, que é a mais populosa de Santa Catarina, chegando a 664.541 habitantes em 2025, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda segundo o IBGE, a cidade tem um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em R\$ 45 bilhões, sendo a 25^a cidade mais rica do país e a

segunda do estado. De acordo com a pesquisa Joinville Cidade em Dados, em 2024, o setor que mais contribuiu com o PIB foi o de serviços, com participação de 40% do que é produzido na cidade, seguido da indústria, com 26,49%.

Além da contribuição dos imigrantes na economia, inúmeras foram as marcas deixadas por eles no desenvolvimento social e cultural da cidade. O associativismo, presente desde os primeiros anos, continua sendo uma característica forte. A Sociedade dos Proprietários de Imóveis, criada em 1855, e outras instituições centenárias como o Corpo de Bombeiros Voluntários, a Sociedade Ginástica e o Hospital Dona Helena, são exemplos disso. Nas ruas e monumentos de Joinville, os nomes de figuras como Ottokar Doerffel, Carl Julius Parucker e Hermann

Wetzel refletem a contribuição dos imigrantes alemães para o desenvolvimento da cidade.

A arquitetura de enxaimel, presente em todo território de imigração alemã, é vista como um legado importante. Joinville foi pioneira na preservação do patrimônio arquitetônico. O Cemitério do Imigrante, tombado como patrimônio histórico, e o Museu Nacional da Colonização e Imigração são exemplos dessa herança.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE



MERCADO MUNICIPAL DE JOINVILLE EM 1910

DA COLÔNIA DONA FRANCISCA A JOINVILLE

FUNDAÇÃO E PROMESSA DE PROSPERIDADE (1843-1851)

- 1843 – CASAMENTO DA PRINCESA DONA FRANCISCA E FRANÇOIS DE ORLÉANS, QUE RECEBEM AS TERRAS COMO DOTE
- 1849 – PRÍNCIPE DE JOINVILLE NEGOCIA PARTE DAS TERRAS COM EMPRESÁRIOS DE HAMBURGO
- 1850 – PRIMEIRO GRUPO CHEGA PARA PREPARAR O TERRENO
- 1851 – (9 DE MARÇO) DESEMBARQUE OFICIAL DOS COLONOS E FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

PRIMEIRAS DIFICULDADES (1851–1860)

- **1851 – CHEGADA DO NAVIO GLORIOSA COM PROFISSIONAIS QUALIFICADOS (ENGENHEIROS, MÉDICOS, TEÓLOGOS)**
- **1852 – FORMAÇÃO DO NÚCLEO DA RUA ANABURGO (VILA NOVA)**
- **1860 – NÚCLEO DE PEDREIRA (PIRABEIRABA)**

**DOENÇAS TROPICAIS, DÍVIDAS
E MATA VIRGEM DIFICULTAM
A VIDA DOS COLONOS**

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E AUTONOMIA (1853-1868)

- **1853 – LEI FUNDAMENTAL DA COLÔNIA DONA FRANCISCA CRIA A “COMUNA”**
- **1856 – GEMEINDEVORSTAND SUBSTITUI A COMUNA; CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS**

ESTRUTURA POLÍTICA PRÓPRIA, COM ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES LOCAIS

- **1868 – SUBSTITUIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO PELA CÂMARA MUNICIPAL**
- 1877 – A VILA DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE JOINVILLE É ELEVADA À CATEGORIA DE CIDADE**

INDUSTRIALIZAÇÃO NASCENTE (1856-1907)

- **1856 – FRIEDRICH WETZEL INICIA PRODUÇÃO ARTESANAL (ORIGEM DA WETZEL)**
- **1856 – JACOB RICHLIN FUNDA CURTUME (ORIGEM DA RICHLIN & CIA)**
- **1858-1892 – CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DONA FRANCISCA, COM INTEGRAÇÃO AO CICLO DA ERVA-MATE**
- **1881 – CARL SCHNEIDER ABRE LOJA DE FERRAGENS (ORIGEM DA CISER)**
- **1883 – FUNDIÇÃO DE FERRO DE WILHELM MOTZKEIT E CRIAÇÃO DA DÖHLER S/A**
- **1907 – FUNDAÇÃO DA LEPPER**

CONSOLIDAÇÃO URBANA E ECONÔMICA (SÉCULO 20 ATÉ HOJE)

CRESCIMENTO DE EMPRESAS
LOCAIS PARA GRANDES INDÚSTRIAS

● 2024/2025 – JOINVILLE É A MAIOR
CIDADE DE SANTA CATARINA,
COM 664 MIL HABITANTES
E PIB DE R\$ 45 BILHÕES.





O Município

JOINVILLE

omunicipiojoinville.com/origens



**Circuito
Catarinense
de Cultura**



**Fundação
Catarinense
de Cultura**



POLÍTICA NACIONAL
**ALDIR
BLANC**
DE FOMENTO À CULTURA

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**



Proposta executada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), com recursos do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc.